

Atos Oficiais

LEI Nº 6.607, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a criação da Escola de Governo de Ribeirão Pires e institui o Banco de Projetos Municipal.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA ESCOLA DE GOVERNO E GESTÃO

Art. 1º Fica criada, no âmbito da Secretaria de Finanças e Administração, a Escola de Governo de Ribeirão Pires, tendo por finalidade institucional propor diretrizes e políticas para a formação, capacitação, atualização e desenvolvimento dos servidores e gestores públicos municipais.

Art. 2º A gestão da Escola de Governo de Ribeirão Pires ficará a cargo da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos, lotada na Secretaria de Finanças e Administração.

Seção I Das Diretrizes

Art. 3º São diretrizes da Escola de Governo de Ribeirão Pires:

- I – Incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas ao desenvolvimento das competências institucionais e individuais;
- II – Assegurar o acesso dos servidores a cursos de capacitação, interna e externamente ao seu local de trabalho;
- III – Promover a capacitação gerencial do servidor e a sua qualificação para o exercício das atividades de direção e assessoramento;
- IV – Incentivar e apoiar as iniciativas de capacitação promovidas pelos próprios órgãos e entidades municipais, mediante o aproveitamento de habilidades e conhecimentos de servidores de seu próprio quadro de pessoal;
- V – Estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como oferta regular de cursos para aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;
- VI – Promover entre os servidores ampla divulgação das oportunidades de capacitação.

Seção II Dos Objetivos

Art. 4º A Escola de Governo de Ribeirão Pires atuará no planejamento, execução e avaliação de atividades relacionadas à formação, ao aperfeiçoamento, à atualização e ao desenvolvimento dos servidores municipais, objetivando:

- I – Melhorar o desempenho e eficiência dos servidores na execução das tarefas administrativas e prestação dos serviços públicos;
- II – Promover o desenvolvimento de habilidades, atitudes e competências dos servidores para aprimoramento profissional em sua área de atuação de acordo com as melhores práticas de recursos humanos;
- III – Definir as melhores estratégias para a resolução de problemas coletivos por meio de políticas públicas.

Seção III Das Atribuições

Art. 5º Para a consecução de seus objetivos, a Escola de Governo de Ribeirão Pires terá como atribuições:

- I – Organizar e implementar programas e projetos de capacitação, educação continuada e desenvolvimento profissional dos servidores municipais;
- II – Consolidar um programa permanente de capacitação e qualificação profissional e gerencial para todos os níveis hierárquicos;
- III – Orientar órgão da Administração Direta no levantamento das necessidades de capacitação;
- IV – Manter intercâmbio com organizações nacionais e internacionais em matéria de seu interesse, como centros de treinamento, escolas de governo, centros de pesquisa e universidades;
- V – Fornecer meios para que os servidores desenvolvam suas habilidades e competências para aprimoramento

profissional em sua área de atuação.

CAPÍTULO II DA SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Art. 6º Os servidores públicos municipais que participarem de capacitações custeadas pela Administração Municipal deverão socializar o conhecimento adquirido, atuando como agentes multiplicadores.

Parágrafo Único. A Escola de Governo de Ribeirão Pires proporcionará os meios necessários para a socialização do conhecimento, fornecendo estrutura e divulgação da atividade.

CAPÍTULO III DA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS

Art. 7º Serão emitidos certificados de todas as atividades promovidas pela Escola de Governo de Ribeirão Pires e por suas conveniadas, observadas as seguintes regras:

I - Para obtenção de certificado referente a atividade realizada com carga horária superior a 08 (oito) horas, o servidor municipal deverá ter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;

II - Para obtenção de certificado referente a atividade realizada com carga igual ou inferior a 08 (oito) horas, o servidor municipal deverá obter 100% (cem por cento) de frequência;

III - Nas atividades realizadas pela Escola de Governo de Ribeirão Pires que exigem avaliação final, o servidor municipal deverá obter aprovação, no mínimo, de 70% (setenta por cento) de aproveitamento.

Parágrafo único. Os certificados emitidos pela Escola de Governo de Ribeirão Pires serão firmados através de assinatura digital ou física, de acordo com a modalidade do curso realizado.

CAPÍTULO IV DA DIVULGAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES DAS ATIVIDADES DA ESCOLA DE GOVERNO DE RIBEIRÃO PIRES

Art. 8º Os cursos, palestras, convênios, etc., desenvolvidos pela Escola de Governo de Ribeirão Pires serão divulgados por meio do site da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, assim como através de publicação na Imprensa Oficial.

Parágrafo único. Fica a Escola de Governo de Ribeirão Pires autorizada a utilizar todos os meios disponíveis para divulgação de suas atividades.

Art. 9º A Escola de Governo de Ribeirão Pires providenciará a divulgação dos cursos custeados pela Administração Municipal aos servidores públicos municipais, com objetivo de possibilitar a manifestação dos interessados na socialização do conhecimento.

Art. 10 As inscrições para as atividades desenvolvidas pela Escola de Governo de Ribeirão Pires deverão ser realizadas através do site oficial da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas pela Escola de Governo de Ribeirão Pires serão oferecidas a todos os cargos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, devendo ter prioridade de inscrição os servidores públicos municipais cujos cargos possuam correlação com o curso para fins de progressão.

CAPÍTULO V DO BANCO DE PROJETOS MUNICIPAL (BPM)

Art. 11 Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças e Administração, o Banco de Projeto Municipal (BPM), tendo como finalidade oferecer ao Prefeito e aos Titulares das Secretarias Municipais, projetos com soluções qualificadas, visando otimizar os recursos públicos, modernizar a administração pública, fomentar a inovação e valorizar o capital intelectual dos servidores públicos municipais.

Parágrafo único. O Banco de Projetos Municipal (BPM), de caráter transversal, intersetorial e multidisciplinar, será composto por projetos desenvolvidos pelos servidores públicos municipais ou por setores da sociedade organizada.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO DO BANCO DE PROJETOS MUNICIPAL

Art. 12 A gestão do conhecimento do Banco de Projetos Municipal (BPM) ficará a cargo da Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos, lotada na Secretaria de Finanças e Administração.

Parágrafo Único. A Unidade de Planejamento e Assuntos Estratégicos deverá constituir uma metodologia de avaliação dos projetos apresentados, com a definição de critérios que auxiliem o Prefeito e os Titulares das Secretarias Municipais na tomada de decisão quanto à viabilidade de implementação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 As despesas decorrentes desta lei serão suportadas por verbas próprias consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 14 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 25 de junho de 2021 – 307º Ano da Fundação de 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 2726/2021 - PM
Publicada no Órgão da Imprensa Oficial.